

Ex.mo Sr. Primeiro Ministro,

Dr. António Costa,

cc

Ex.mo Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros,

Dr. João Gomes Cravinho,

Lisboa, 14 de junho de 2023

Excelência,

*A **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** tomou conhecimento, através de uma peça jornalística exibida na RTP, no passado dia 13 de junho, que a Embaixada de Portugal em Islamabad não teria recebido um grupo internacional de Magistrados/as que pretendia obter vistos de asilo para os/as colegas Afegãos, em particular Juízas e Procuradoras, perseguidas pelos Talibã.*

Circunstância esta que inviabilizará a possibilidade de aquelas pessoas poderem ser acolhidas em Portugal e, deste modo, não serem objeto de perseguição, sevícias várias e até assassinato, como é claramente indicado por uma das entrevistadas na reportagem acima mencionada.

*Em virtude de tal procedimento contrariar os compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português no tocante à defesa e promoção dos Direitos Humanos, a **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** solicita a V^aEx^a que encete todas as diligências necessárias de forma a que Portugal possa abrir, efetivamente, as suas portas a todas as pessoas que aqui desejem ser acolhidas, muito particularmente as Magistradas Judiciais e do Ministério Público provenientes do Afeganistão.*

R. Manuel Marques, n°21-P – 1750-170 Lisboa

Telf. 211994816/968793580 Fax 21 7594124

www.apmj.pt - apmjsede@apmj.pt

A **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** reitera, assim, o apelo que dirigiu a V^aEx^a, a 16 de agosto de 2021, no qual, subscrevendo uma carta aberta internacional, indicava “cientes de que nossa demanda pela Igualdade é inseparável da Liberdade e da Dignidade das pessoas que agora estão séria e brutalmente ameaçadas no Afeganistão, e cientes, também, que as ameaças dirigidas contra as mulheres afegãs pelo simples facto de serem mulheres acrescenta uma crueldade intolerável e adicional àquela sofrida pelos Afegãos de qualquer condição” solicitava que o Estado Português envidasse todos os esforços necessários para acolher “o maior número possível de afegãos e especialmente afegãs em perigo iminente”.

A **Associação Portuguesa de Mulheres Juristas** considera que tal forma de agir respeitará os mais elementares direitos à Liberdade e à Segurança consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e será uma das melhores formas de honrar os imperativos éticos aí consagrados, muito particularmente no ano em que se assinala o seu 75^o aniversário.

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente da Direção da A.P.M.J.

Maria Teresa Féria de Almeida